

## Entrevista José Mouraz Lopes

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUÍZES PORTUGUESES

# “Chegou o dia em que os juízes têm de dizer basta”

Cortes salariais e novo mapa judicial abriram um braço-de-ferro entre Juízes e Governo. Magistrados pedem “dignidade no exercício de funções” e admitem greve

FILOMENA LANÇA  
filomenalanca@negocios.pt

A Associação Sindical dos Juizes reúne no próximo sábado para decidir “que medidas tomar” e a greve é uma forte possibilidade. A acontecer, será a terceira vez na história da magistratura portuguesa.

### O OE foi a gota que fez transbordar a taça num contexto de crescente insatisfação dos juízes?

É verdade. Isto está no limite. Os conselhos superiores emitiram duas deliberações na semana passada em que alertavam o Parlamento e o Presidente da República para a situação patrimonial e remuneratória dos juizes. Isto nunca aconteceu no passado, e se o fazem é porque qualquer coisa vai mal. A situação é de grande indignação a nível nacional. O OE tem um corte suplementar para todos os servidores públicos, que em relação aos juizes será entre 2% e 6% e que acumula com os cortes de 2011 e com o corte no subsídio de compensação. É evidente que estes cortes atingem todos os servidores públicos mas os juizes são titulares de órgãos de soberania e têm de ser pagos por isso e pelas altas funções que desempenham.

### E sentem-se discriminados em relação aos restantes órgãos de soberania?

Trabalhamos em exclusividade absoluta e não estamos juizes durante alguns anos, nós somos juizes. Os titulares de cargos políticos são no entanto durante um período e depois vão à sua vida e muito bem. Este ano, com a justificação de sustentar a independência das entidades reguladoras, atribuiu-se um estatuto remuneratório aos seus dirigentes sem limites, a que acrescem despesas de representação, cartões de crédito, outros benefícios. O que perguntamos é se fará sentido isto não ser aplicado por exemplo aos juizes.

### Os cortes salariais colocam em causa a independência dos juizes?

A questão não é essa, porque os juizes serão sempre independentes, a ganharem um cêntimo ou dez mil

euros. O que os juizes dizem é que o Estado não pode ter duas medidas. Nos tribunais superiores há conselheiros que, com estes cortes, passam a auferir cerca de 2.800 euros líquidos. O que está aqui em causa é uma questão da dignidade do exercício de funções. Somos cerca de 2.000, não somos 20 mil. Um gestor de uma empresa do PSI 20 ganhou em 2012 mais do que o orçamento dos 60 juizes do Supremo Tribunal de Justiça. Isto não é demagogia. É a realidade.

### Está a comparar com o sector privado. E no público?

Posso fazer comparações também, ainda que não com estes valores tão elevados, com pessoas que têm despesas de representação, ajudas de custo, carros, cartões de crédito, etc., que nós não queremos, nós apenas queremos ter um salário condigno com as funções que temos em exclusividade. Temos a noção que estamos num momento difícil para o país mas, e citando a própria ministra da Justiça, o País tem de saber que juizes é que quer e quanto é que lhes quer pagar. No início de carreira, um juiz ganha 1.800 euros por mês.

### E qual é o perigo? Que os juizes vão procurar outras carreiras?

Trata-se, desde logo, de desmotivação das pessoas que vêm o seu trabalho, de grande responsabilidade, ser minorizado por um salário baixo. Depois, nos concursos para as admissões ao Centro de Estudos Judiciais (CEJ), os melhores vão para a carreira privada, onde têm ordenados muito superiores. Só quem tem um grande gosto ou uma grande vocação para ser juiz é que vai para o CEJ. Os juizes não querem ser ricos.

### Há juizes com problemas financeiros?

Há, claro que há, há juizes com grandes dificuldades para conseguirem manter o seu nível de vida. Um nível digno, para os seus filhos. Tem tudo a ver com o tal exercício digno da profissão. E tudo isto chegou a um limite.

### Quando diz que os juizes não estão a ser tratados como um órgão de soberania, isso é só uma questão de salário?

Não é só. Temos condições de trabalho medíocres na maior parte dos tribunais. Muitos não têm sequer papel suficiente. O quadro de funcionários está abaixo dos mínimos. As instalações são o que as pessoas sabem. Nos tribunais de execução de penas os juizes que se deslocam às prisões vão em carros a cair de podres, sem motorista, sem segurança. Os que fazem turno têm direito a um pequeno subsídio, que é pago muitos meses depois. Os outros órgãos de soberania não têm estes problemas. O Parlamento, o Governo, têm restrições orçamentais, têm de fazer cortes, mas têm um orçamento mínimo para exercerem

condignamente as suas funções. Tudo isto são coisas que se vão acumulando, e há um dia em que nós dizemos basta. Este Orçamento é provavelmente a gota de água.

### O novo mapa judicial é outro braço-de-ferro com o Governo?

A proposta elimina do mapa dos tribunais um número entre os 90 e 130 juizes, sem qualquer fundamento. E com isso, alguma recuperação de pendências que tem havido irá parar e voltaremos a entrar num buraco. Temos 1.402 juizes em exercício de funções e a proposta diz que são necessários 1.268.

### E o que acontece aos outros?

Não sabemos, porque a lei não o diz. Pressupõe-se que alguns irão para os processos pendentes, mas não se sabe preto no branco. Para fazer uma reforma desta natureza, temos de olhar para a realidade. Os novos processos entrados voltaram a subir este mês, numa situação de crise é normal que a litigiosidade aumente. Nós sempre defendemos a reforma, mas é preciso fazer as coisas como deve ser. E não há aqui nenhuma preocupação corporativa. Nós certamente não vamos ficar sem emprego. O que está em causa é uma errada repartição do número de processos pelo número de juizes. É feito de forma atabalhoada, que não leva em conta as especificidades dos processos. Há processos muito complexos e é preciso verificar isto tudo. O Governo tem de mudar este ante-projecto.

### Diz que há um dia em que os juizes tem de dizer basta. É agora?

Essa altura chegou agora. Tivemos uma reunião do conselho geral e aí já se demonstrou qual o sentimento das pessoas. No sábado 19 de novembro vamos ter a assembleia geral onde isso vai ser discutido com todos os juizes. Nós entendemos que há ainda um caminho para algumas questões serem resolvidas, estamos a meio do processo legislativo no mapa judicial e o Governo pode ouvir o que dizemos. A nível do OE há coisas que podem ser mu-

[Há uma] desmotivação das pessoas, que vêm o seu trabalho, de grande responsabilidade, minorizado por um salário baixo.

Tem tudo a ver com o exercício digno da profissão e tudo isto chegou a um limite.

Não empurrem os juizes para algo [uma greve] que eles não querem.

dadas, algumas que dizem respeito em concreto aos juizes. E temos de alterar o estatuto remuneratório a curto prazo. Tem de haver um compromisso em relação a isso, que tem de ser dado nesta altura. Vamos ouvir os juizes e depois decidiremos o que vamos fazer.

### Fazer greve é uma hipótese sobre a mesa?

Faremos o que for necessário. Nós podemos fazer greve, porque somos titulares de órgãos de soberania, mas não temos independência financeira. Temos um estatuto híbrido, que legítima a possibilidade de utilizarmos a greve, se for caso disso. Há uma grande consciência de que a greve só deverá ser usada em último recurso, quando estão em causa situações realmente muito graves. Não fugimos às coisas, os juizes podem, nestas circunstâncias fazer greve, no passado, e desde o 25 de Abril, já o fizeram por duas vezes. O que quero sublinhar é que não empurrem os juizes para algo que eles não querem. Queremos é ver resolvido um problema que não está nas nossas mãos. Resolvam-no. Nós somos os primeiros utilizadores da justiça e somos nós que damos a cara pelos cidadãos.

**PERFIL**

SINDICALISTA, ESPECIALISTA EM CRIMES E ADEPTO DO PORTO

José Mouraz Lopes nasceu há 52 anos em Nelas e é licenciado em Direito e mestre em Direito Penal pela Universidade de Coimbra. Na magistratura desde 1987, ocupa desde o ano passado o cargo de juiz conselheiro no Tribunal de Contas. Antes passou por vários tribunais de primeira instância, foi juiz no tribunal de Execução de Penas de Coimbra e depois também conselheiro na Relação de Lisboa e na do Porto. É um estudioso do fenómeno da corrupção e chefiou o combate ao crime económico da Polícia Judiciária entre 2004 e 2006, onde liderou a Direcção Central do Combate à Corrupção e à Criminalidade Económica e Financeira. Saiu quando o director que o convidou, Santos Cabral, se demitiu em confronto com o então ministro da Justiça, o socialista Alberto Costa. Deu aulas de Direito Penal no Centro de Estudos Judiciais, e tem várias obras publicadas todas na área do crime, incluindo a criminalidade económica. É adepto do Futebol Clube do Porto e em 2012 sucedeu a António Martins na presidência da Associação Sindical dos Juizes.

## “No Orçamento, tal como está, os cortes para os juizes são definitivos”

**Diz que há uma norma do OE respeitante aos juizes que tem de ser alterada. A que se refere?**

Está em causa a norma do Orçamento do Estado (OE), que trata da redução das remunerações dos funcionários públicos e também dos juizes e dos titulares de cargos políticos. É uma norma que se aplica em 2014, mas não se diz no OE que estes cortes são definitivos ou transitórios, diz-se só que é aplicada em 2014. Relativamente aos funcionários públicos, tem um complemento no artigo seguinte que diz que em 2014 serão alteradas as tabelas salariais da função pública e, da conjugação destes dois artigos, o Governo tem dito – e a maioria – que os cortes são transitórios. Aceitando esta interpretação como boa, e não temos razão para não o fazer, o que acontece é que aos juizes não se aplica a lei dos vínculos e das tabelas da função pública e, assim sendo, e fazendo esta interpretação, teremos aqui um corte defini-

tivo, o que é insustentável, ilegal e grosseiramente inconstitucional. Isto tem de ser resolvido no OE, tem de ser clarificado. Se para os funcionários públicos está lá a norma que permite fazer a interpretação de que os cortes são temporários, relativamente aos juizes isso não está lá e se não está lá, tem de estar.

**Essa é uma das dimensões em que dizem que o OE é inconstitucional?**

É uma delas. E gostaria de sublinhar que ao dizer isto, não estamos a fazer nenhuma pressão sobre o Tribunal Constitucional (TC). Limitamo-nos a constatar, no âmbito do direito e do dever que temos de nos pronunciar sobre as normas que afectam os juizes, que este Orçamento comporta um aumento do corte dos salários dos servidores públicos para além do limite fixado pelo TC em 2011. Isto não é nenhuma pressão sobre o TC. Era o que mais faltava. No ano passado dissemos que os

cortes dos 13º e 14º meses eram inconstitucionais e o TC veio dizer exactamente o mesmo, mas também dissemos antes que o corte do subsídio de compensação violava a Constituição e o TC veio dizer que não. Paciência, é avida. Não podemos comparar isto com as pressões feitas sobre o TC por via de instituições internacionais, de funcionários internacionais que as representam e mesmo por alguns titulares de cargos políticos. Eu não admito que se façam comparações entre este tipo de pressões e o exercício legítimo do direito de dizer que uma norma é inconstitucional ou não quando eu represento uma corporação.

**O TC vai continuar debaixo de fogo, já que este OE vai ter também de ser reprecado. As pressões vão subir de tom?**

O TC tem as costas largas e certamente vive bem com as pressões que noutros países não são sequer socialmente toleradas.

**Os juizes devem ou não ter em conta a situação que o País atravessa? A crise é temporária, os cortes são temporários, por isso deverão ser aceites?**

Se olharmos para os acórdãos do TC, este faz uma avaliação actualizada da situação. Tal como nas decisões que toma todos os dias, faz uma interpretação de acordo com a realidade que temos. Uma crítica dessas só pode ser feita por quem não lê os acórdãos e infelizmente há muita gente que escreve nos jornais e que nunca leu um acórdão do TC.

**Qual é a sua expectativa?**

Não tenho uma bola de cristal para saber o que o TC vai decidir. Faço a minha interpretação. O TC em 2011 disse que os cortes eram constitucionais se fossem temporários, proporcionais e se não violassem o princípio da confiança. E portanto os cortes entre 3% e 10% não violam a constituição. O quadro está bem limitado.

## “Tenho muitas dúvidas” sobre fim das pendências em 2014

A desmotivação e insatisfação dos magistrados acabará por se reflectir na produtividade, admite o presidente da Associação sindical dos Juizes. “Não sou ingénua e não digo que isso não aconteça”, reconhece, lembrando que a maioria dos magistrados não tem horário e trabalha em casa à noite e ao fim de semana. Mouraz Lopes mostra-se também pouco optimista quanto à possibilidade de o Governo cumprir a meta acordada com a triola de eliminar as pendências em 2014. “Confesso que não tenho a certeza de que existam meios suficientes para que esse compromisso seja concretizado. É preciso saber de que pendências falamos. As da acção executiva? As dos Tribunais Administrativos e Fiscais? Como é que é possível resolvê-las? Nos outros tribunais acredito que sim, nestes tenho muitas dúvidas, porque não há meios suficientes para o fazer”.